

- 31 — 24506, Marlene do Nascimento Góis.
- 32 — 24906, Luís Filipe Rodrigues Henriques Marques.
- 33 — 9812804, Filipe Alexandre Ribeiro Marques, 1.º GRT FZ RC.
- 34 — 25006, Nuno Miguel Guerreiro Mamede.
- 35 — 9351104, Nuno Miguel Batista da Silva, 1.º GRT EM RC.
- 36 — 25106, Neide Fragoso Domingos.
- 37 — 25206, Pedro de Carvalho Veloso dos Santos.
- 38 — 25306, Carlos Manuel de Jesus Silva.
- 39 — 25406, Daniel Pais Berardinelli.

Administração naval:

- 1 — 20806, Tiago Martins Valverde.
- 2 — 21506, Hugo Miguel Paulo Lucas.
- 3 — 21606, Luís Miguel Sousa Aniceto.
- 4 — 22006, João Filipe Espada Zambujo.

Engenheiros navais:

- 1 — 20006, João Carlos Múrias Trindade, EN-AEL.
- 2 — 20206, Luís Tiago de Matos Filipe, EN-MEC.
- 3 — 21106, Tiago Miguel da Encarnação Mourato, EN-AEL.
- 4 — 23106, Sandro Miguel da Cruz, EN-AEL.
- 5 — 23206, Vasco Casanova Tavares, EN-MEC.
- 6 — 23806, Guilherme Barata Correia Pinheiro Simões, EN-AEL.
- 7 — 24106, João Filipe Nogueira Penetra, EN-MEC.
- 8 — 24306, Filipe Alexandre Moreira Nunes Manso, EN-AEL.
- 9 — 24406, Raul Lourenço Machado, EN-AEL.
- 10 — 24606, Pedro José Tavares Pereira, EN-MEC.
- 11 — 24706, Miguel Moniz Pessanha, EN-MEC.

Fuzileiros:

- 1 — 20406, Fernando Manuel de Sousa da Conceição Batista.
- 2 — 21806, Domingos Neves Vieira.

2.º Adoptar como patrono para os referidos cursos, de acordo com o disposto no artigo 178.º do Regulamento da Escola Naval, o comandante Álvaro Nunes Ribeiro:

Nascido na freguesia de São Pedro de Alcântara, em 29 de Março de 1878, Álvaro Augusto Manuel Nunes Ribeiro ingressa na Escola Naval em Outubro de 1898.

Em 1902, já guarda-marinha desde o ano anterior, parte para Moçambique, onde vai integrar uma coluna militar cujo objectivo é a ocupação e a pacificação da região do Barué, tendo sido então condecorado com a medalha de prata Rainha D. Amélia.

A partir de 1903 presta serviço, durante dois anos, a bordo do transporte *Álvaro de Caminha*, da Divisão Naval do Índico, tendo desempenhado um papel exemplar, revelando firmeza e determinação quando, por ocasião de uma explosão que ocorre na Fortaleza de São Sebastião, na ilha de Moçambique, participa no apoio prestado pela Marinha à população local.

Com o regresso a Lisboa, o segundo-tenente Nunes Ribeiro, entretanto promovido, conclui o período ultramarino tradicional considerado indispensável na formação básica dos oficiais da Marinha da época.

Frequenta, em 1906, o curso de especialização em oficial torpedeiro, na Escola Prática de Torpedos e Electricidade (EPTE), em Vale de Zebro, o que permite desenvolver os seus conhecimentos sobre electricidade e, posteriormente, em Electrónica e Radiocomunicações, matérias em que será mais tarde efectuada uma notável reforma ao nível nacional.

Após conclusão do curso exerce funções de instrutor na EPTE até 1910, ano em que é nomeado comandante do torpedeiro n.º 4, cargo que desempenha quando da instauração da República.

Nunes Ribeiro possuía ideias muito firmes sobre o que deveria ser a política naval portuguesa, considerando indiscutível a necessidade de o País se dotar de uma esquadra que ombreasse com as outras potências navais europeias, nomeadamente a Espanha. O objectivo era óbvio: forças navais que reforçassem o papel atlântico e ultramarino de Portugal. Esta vai ser a questão de princípio que determinará a sua acção futura como secretário da Comissão de Organização dos Serviços da Armada, constituída pelo Governo Provisório da República em 1911.

Nesse ano é eleito deputado à Assembleia Constituinte, cumprindo a legislatura por inteiro até 1914, data em que é promovido a primeiro-tenente. É de assinalar, ainda, que, como deputado, foi o relator da proposta que criou a Missão Hidrográfica da Costa de Portugal.

Porém, como atrás referido, foi nas radiocomunicações que Nunes Ribeiro essencialmente se notabilizou. Após ter comandado o rebocador *Bérrio* e, em seguida, o salvadego *Patrão Lopes*, entre 1915 e 1917, é nomeado director do Posto Radiotelegráfico de Monsanto em Janeiro de 1918. A partir deste ano, impulsionaram-se as comunicações na Armada de uma forma decisiva e brilhante. Nesse sentido, vai ajudar a erguer, em 1923, a Repartição dos Serviços Radiotelegráficos da Armada e, no ano seguinte, a Direcção do Serviço de Electricidade e Comunicações (DSEC), que lhe sucedeu, e que durou até 1978. Durante mais de meio século de existência a DSEC, entre outras notáveis realizações, planeou, instalou e manteve uma eficaz

rede de postos e estações radionavais no Portugal europeu e ultramarino, que foram fundamentais para o comando e controlo da Marinha, especialmente durante o período da guerra de África (1961 a 1974). A sua capacidade de chefia, liderança e organização deve-se também a criação da Escola de Radiotelegrafia e Comunicações de Monsanto, que desde 1928 passou ali a funcionar e aí se manteve até 1937, formando largas centenas de telegrafistas que guarneceram os navios e integraram os quadros técnicos da Marinha.

Em pouco tempo o capitão-tenente Nunes Ribeiro, fora promovido a este posto em Abril de 1918, criou, ergueu e desenvolveu todo um sistema de comunicações navais, que passava pela adopção plena da telegrafia sem fios e acompanhava as grandes transformações técnicas e científicas que atravessavam o seu tempo. Este trabalho organizativo vai ter continuidade nos anos seguintes, como director dos Serviços de Electricidade e Comunicações, director do Posto Radiotelegráfico de Monsanto e director de Ensino do mesmo Posto, o seu último cargo a partir de Dezembro de 1932.

Em Novembro de 1925, no Congresso da União Científica Internacional de Astronomia, Geodesia e Telegrafia sem Fios, reunida em Greenwich, o comandante Nunes Ribeiro é eleito encarregado da Secção Astronómica da Hora e secretário permanente da Secção Portuguesa. Contudo, as comunicações radionavais são o grande desígnio da sua vida. O impulso que deu à radiotelegrafia em Portugal foi, registre-se, inclusivamente enaltecido pelo próprio Marconi, em 1929, quando de visita a Portugal elogiou o trabalho do comandante nesta área técnica.

Reconhecido como um eminente inovador, o seu labor no campo das radiocomunicações terá proporcionado um avanço ao País e à Marinha de cerca de três décadas em relação à época em que viveu. É de sublinhar que, desde a criação do Serviço Radiotelegráfico na Marinha em 1923, na dependência da Majoria da Armada, uma das atribuições do comandante Nunes Ribeiro foi estudar a radiotelegrafia através de observações e experiências de ensaios e análises práticas. Por essa altura, a implantação de uma rede telegráfica de rádio na Armada teve como principal objectivo o equipamento dos navios e a montagem e construção de estações-rádio em terra, no propósito de tornar exequível uma rede de comunicações formada pelas estações costeiras do espaço europeu e por aquelas que passariam a estar disseminadas pelo Ultramar.

Promovido ao posto de capitão-de-fragata em Janeiro de 1933, Álvaro Nunes Ribeiro faleceu cinco meses depois, deixando como legado um sólido e avançado sistema de comunicações na Marinha e um contributo decisivo para a modernização científica e técnica de Portugal.

Entre as condecorações com que foi agraciado destacam-se as de comendador da Ordem Militar de Cristo, a Ordem de Avis, a Ordem de Santiago da Espada, a medalha de prata de bons serviços, a medalha de ouro comemorativa das campanhas do Exército, com a legenda «No mar 1916-17-18», a medalha de Socorros a Náufragos, de Coragem, Abnegação e Humanidade, a ordem de Legião de França, a ordem da Coroa de Itália, a ordem do Ouissam Alaouite de Marrocos e a ordem Caroli da Roménia.

7 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1759/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada abater ao efectivo do corpo de alunos da Escola Naval e promover ao posto de guarda-marinha das classes de marinha, administração naval, os engenheiros navais e fuzileiros, a contar de 1 de Outubro de 2006, os aspirantes do curso Gaspar Corte-Real 2001-2006, por se encontrarem abrangidos pelo disposto no artigo 240.º do Regulamento da Escola Naval, aprovado pela Portaria n.º 471/86, de 28 de Agosto:

Marinha:

- 20901, Telmo Gerales Dias.
- 23201, Jorge Moreira da Silva Ângelo.
- 9322998, Luís Filipe Cardoso Nunes dos Santos.
- 23401, Marta Isabel Fernandes Araújo.
- 21901, João Leal de Faria Dias Pinheiro.
- 25000, Bruno Miguel Meixedo Venâncio.
- 21101, João Manuel Góis Cancela.
- 21301, Ana Patrícia Lisboa Leitão Dias da Trindade.
- 22701, Doris Filipa Ribeiro Fonseca.
- 23501, Bruno Alexandre Ferreira Rendeiro.
- 21601, Dário Tito dos Santos Silva Precioso.
- 22801, José Miguel Jacinto Canto.
- 26300, Rui Manuel de Almeida Valverde.
- 21800, Vítor Bruno Campos Cavaleiro.
- 21500, David Fernando Castelo Cardoso Pereira.
- 26500, Bruno Miguel Caldeira Ribeiro.
- 26600, Luís Carlos do Vale Alves Velho.
- 22500, Rui Pedro Robalo Franco.
- 25500, Hélder Miguel Marques Araújo.

Administração naval:

9308999, Ângela Marisa Luís Bento.
21001, Lara Alexandra Marçal Tomás Martins.
22700, Ana Filipa de Jesus Simões Feijão.
2200, Ana Vanessa Santos Bernardes.

Engenheiros navais:

20601, Paulo Filipe da Silva Machado (EN-MEC).
22600, João Luís Pacheco Raimundo (EN-AEL).
24800, Tito Fernandes Vieira (EN-MEC).
24500, Tiago Rodrigues Quitério (EN-AEL).
22301, José Carlos de Carvalho Xavier (EN-MEC).
21201, Ana Lília Fialho Pires (EN-MEC).

Fuzileiros:

20701, Carlos Manuel Mau Raposo.
24701, Roberto Meijburg Viola.

1 — Estes oficiais, uma vez promovidos, serão colocados na escala de antiguidade do seu posto e classe, pela ordem como vão indicados.

2 — Os militares a seguir indicados foram admitidos ao abrigo do artigo 179.º do Regulamento da Escola Naval e, consequentemente, encontram-se abrangidos pelo n.º 2 do artigo 241.º do referido Regulamento:

9322998, Luís Filipe Cardoso Nunes dos Santos (marinha), graduado no posto de aspirante a oficial.
9308999, Ângela Marisa Luís Bento (administração naval), graduada no posto de aspirante a oficial.

3 — Os vencimentos do novo posto são devidos a partir de 1 de Outubro de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

7 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Portaria n.º 1760/2006

Manda o almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por diuturnidade ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea d) do artigo 216.º do mesmo Estatuto, os segundos-tenentes da classe de técnicos superiores navais 416485, 2TEN TSN Carlos Manuel Baptista Valentim, 9100593, 2TEN TSN Carla Maria Rodrigues Rolo dos Reis Marinho, 9319093, 2TEN TSN Marta da Conceição dos Santos Gabriel, 9102593, 2TEN TSN Sandra Maria Ribeiro Henriques, 9101195, 2TEN TSN Otília Maria Costa Pereira, 9101193, 2TEN TSN Cidália Maria Baião Policarpo Anjos, 9100496, 2TEN TSN Filipe José dos Santos Coutinho, 9101793, 2TEN TSN Diocleciano Manuel Branco Batista, 9101893, 2TEN TSN João Carlos Barreiro Rodrigues Vacas, 9100998, 2TEN TSN Alexandra Maria de Sousa Fernandes Lima, (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente, nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 1 de Setembro de 2006, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos, e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe.

7 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes*, almirante.

Superintendência dos Serviços de Pessoal**Direcção do Serviço de Pessoal****Repartição de Militarizados e Civis****Despacho (extracto) n.º 23 706/2006**

Por despacho de 27 de Outubro de 2006 do vice-almirante superintendente dos Serviços de Pessoal, por delegação do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, foi Maria do Céu Domingues, assistente administrativa especialista do escalão 3 do quadro de pessoal não dirigente da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, transferida para o quadro de pessoal civil da Marinha, para a mesma categoria e escalão.

Esta transferência determina a exoneração do anterior lugar, com efeitos à mesma data.

7 de Novembro de 2006. — O Chefe da Repartição, *Carlos Alberto Restani Graça Alves Moreira*, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO**Comando do Pessoal****Direcção de Administração de Recursos Humanos****Repartição de Pessoal Militar****Portaria n.º 1761/2006**

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 19 de Junho de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data o alferes ALF RC NIM 29950293, Paulo Alexandre da Silva Esperança, ESSM.

2 de Novembro de 2006. — Por subdelegação do Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Portaria n.º 1762/2006

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército promover ao posto de tenente desde 19 de Outubro de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, o alferes ALF RC NIM 02637001, João Paulo Arezes Cepa, RI 1 (Destacamento de Abrantes).

2 de Novembro de 2006. — Por subdelegação do Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Portaria n.º 1763/2006

Manda o Chefe do Estado Maior do Exército promover ao posto de alferes desde 9 de Maio de 2006, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade e os efeitos administrativos desde a mesma data, a aspirante a oficial ASP RC NIM 006897, Ana Cristina Alves Abreu de Melo, EPC.

2 de Novembro de 2006. — Por subdelegação do Major-General DARH, após subdelegação do Tenente-General AGE, por delegação do General CEME, o Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Despacho n.º 23 707/2006

Por despacho de 25 de Outubro de 2006 do chefe da RPM/DARH, por subsubdelegação do MGEN DARH, após subdelegação do TGEN AGE, por delegação recebida do general CEME, foram promovidos ao posto de primeiro-sargento RC, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 396.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2SAR RC 501 NIM 18040695, Ana Maria Ferreira Faria — 25 de Julho de 2006.

2SAR RC 609 NIM 11913996, Mónica Alexandra de S. A. Henriques — 25 de Julho de 2006.

2SAR RC 377 NIM 05343199, Sérgio Alexandre Ventura Lopes — 25 de Julho de 2006.

2SAR RC 028 NIM 11705095, António da Silva Assentiz — 25 de Julho de 2006.

25 de Outubro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

Portaria n.º 1764/2006

Por portaria de 18 de Outubro de 2006 do general Chefe do Estado-Maior do Exército, reingressa no quadro permanente do quadro especial da arma de engenharia, no posto de capitão, por ter sido qualificado deficiente das Forças Armadas com a desvalorização de 68,10 %, por despacho de 16 de Maio de 2003 do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, o CAP ENG REF (DFA) 19526889, Domingos Pinheiro Nunes.

Reingressa no QP do quadro especial da arma de engenharia desde 30 de Junho de 2003 (data da declaração de opção), nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 210/73, de 9 de Maio, conjugado